

Tratamento político

ALIANÇA

Segundo informantes idôneos, o Presidente eleito, Tancredo Neves, pretende transferir para a área política as negociações em torno da dívida externa brasileira. É claro que eventual iniciativa nessa direção não invalidará ou tornará inócuo o entendimento direto com os credores, inclusive porque será necessária a compatibilização de cifras e números para pre-conhecimento da situação. Mas o tratamento político da dívida, através do diálogo entre os governos interessados, parece inevitável, em razão da inflexibilidade dos banqueiros internacionais.

Quando se anuncia que a futura gestão do País trilhará esse caminho, é necessário que a opinião pública tome ciência das razões que justificam a iniciativa. Em sua recente entrevista coletiva à imprensa, o ex-Governador de Minas projetou, com a maior clareza, os pontos fulgurantes de seu raciocínio em relação ao problema. Disse ele: "Devemos aos nossos credores dinheiro, e dinheiro se paga com dinheiro. Não se paga dinheiro com fome, miséria e o desemprego dos cidadãos brasileiros".

Está visto, pois, que o próximo Governo prosseguirá as negociações com o Fundo Monetário Internacional, entidade interveniente no processo de composição da dívida externa brasileira, munido de novos conceitos e novas propostas. Já se sabe, desde agora, em função das próprias declarações de Tancredo, que a política

recessionista receitada pelo FMI será substituída por uma outra ajustada à retomada do crescimento econômico.

Todas as partes interessadas devem entender que os níveis de liquidez do Brasil somente poderão ser elevados na medida da consolidação e expansão de sua economia. A prática de políticas contencionistas, como a experiência recente mostrou em magnitude dramática, atira para o alto as taxas de desemprego, desativa parte ou em alguns casos, a totalidade do potencial produtivo das empresas e estanca os fluxos regulares de irrigação do sistema financeiro.

Os laços que, atualmente, estrangulam a economia brasileira, concebidos como forma de evitar sangrias e, em consequência, normalizar o sistema, acabaram transformando-se em verdadeiros garrotes, a impedirem a circulação normal dos valores responsáveis pela prosperidade e o enriquecimento. Não se trata de situação vivida em longiquo passado, mas de experiência recente e ainda não de todo encerrada.

A formação da imensa dívida externa brasileira realizou-se em condições extremamente desfavoráveis para o País. A falta de mercados mais aptos a pagar juros elevados, os prestadores internacionais de capital descobriram o Brasil, um país de economia emergente e, por isso mesmo, necessitado de recursos em moeda forte. Mesmo diante dessas condi-

ções, o Governo brasileiro teria administrado regularmente a dívida, sem precisar recorrer ao Fundo Monetário Internacional se a desarticulação do sistema financeiro em nível mundial não houvesse provocado repercussões desastrosas na economia de todos os países capitalistas.

Portanto, ações punitivas por deliberação dos credores são inaceitáveis, como inaceitáveis são políticas recessionistas que levem à fome, à miséria e ao desemprego contingentes expressivos da sociedade, conforme deixou bem claro o Presidente eleito, Tancredo Neves. Se a dívida deve ser paga com dinheiro e, conforme testemunho mundial, os credores também são responsáveis pelos altos níveis de iliquidez do sistema financeiro internacional, as partes devem convergir para um ponto de confluência de todos os interesses em jogo.

Para conseguir-se esse objetivo, as negociações até agora realizadas mostram, sem a menor dúvida, a necessidade de entendimento no nível governo a governo. A acomodação da dívida externa brasileira e dos demais países devedores não é uma questão que interesse apenas às partes pactuantes, mas fundamentalmente à estabilidade do sistema financeiro internacional. E aqui se explica, com todas as letras, a intenção de Tancredo Neves de destinar tratamento político à negociação da dívida.